

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS

Jessica Souza da Silva – 822138689

João Victor Da Silva Fontebasso – 822142404

Mateus Capelli Freitas – 823210015

Rafael Braga de Macedo – 822131845

Sabrina Nunes de Aguiar – 822141421

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO DE
18 A 25 ANOS NO BRASIL**

**São Paulo
2025**

Jessica Souza da Silva – 822138689

João Victor Da Silva Fontebasso – 822142404

Mateus Capelli Freitas – 823210015

Rafael Braga de Macedo – 822131845

Sabrina Nunes de Aguiar – 822141421

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO DE 18 A 25 ANOS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da
Universidade São Judas Tadeu, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Gilberto Costa

**São Paulo
2025**

Resumo

Este trabalho analisa a relação entre educação financeira e o endividamento de jovens brasileiros de 18 a 25 anos, destacando como a falta de conhecimentos financeiros básicos influencia o comportamento de consumo, o uso do crédito e o aumento da inadimplência nessa faixa etária. A pesquisa realiza uma revisão de literatura sobre educação financeira, letramento financeiro e tomada de decisão econômica, considerando relatórios oficiais, estudos acadêmicos e dados divulgados por instituições como Banco Central, Serasa, CNDL e SPC Brasil. De acordo com o Banco Central do Brasil (2023), o conhecimento financeiro médio da população brasileira é de apenas 53 pontos em uma escala de 0 a 100, e apenas 14,3% dos entrevistados acertaram questões relacionadas ao cálculo de juros simples. A abordagem utilizada é qualitativa e interpretativa, examinando como a ausência de orientação financeira formal, tanto no contexto escolar quanto familiar, contribui para práticas arriscadas, como uso inadequado do cartão de crédito, consumo impulsivo e falta de planejamento. Levantamentos do SPC Brasil/CNDL (2016–2025) indicam que 47% dos jovens não realizam controle financeiro e que 69% não possuem condições de lidar com imprevistos financeiros, evidenciando a ausência de reserva de emergência nessa faixa etária. Os resultados indicam que grande parte dos jovens apresenta dificuldades em compreender conceitos essenciais, como juros, orçamento e limites de crédito, o que favorece comportamentos associados ao endividamento e à inadimplência. Dados da Confederação Nacional do Comércio (2023) mostram que 77,8% das famílias brasileiras encontram-se endividadas, e informações da Serasa (2021–2025) revelam que jovens de 18 a 25 anos representam entre 11,5% e 12,6% do total de inadimplentes, com predominância de dívidas no cartão de crédito (27% a 29%). Observa-se também que iniciativas públicas, como a inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular, têm potencial para reduzir tais vulnerabilidades, embora ainda sejam insuficientes para contemplar toda a complexidade do problema. Conclui-se que fortalecer o letramento financeiro dos jovens, por meio de políticas educacionais consistentes e práticas pedagógicas contínuas, é essencial para promover autonomia, tomada de decisão consciente e bem-estar financeiro.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento juvenil. Letramento financeiro. Inadimplência. Consumo.

Abstract

This study examines the relationship between financial education and the growing indebtedness of young Brazilians aged 18 to 25. It explores how limited financial knowledge influences spending behavior, credit use, and the rise of delinquency within this age group. The analysis is based on a review of literature and official reports on financial education, financial literacy, and economic decision-making, drawing on data from the Central Bank of Brazil, Serasa, CNDL, and SPC Brasil. Findings from the Central Bank of Brazil (2023) show that the country's average financial knowledge score is only 53 out of 100, and just 14.3% of respondents correctly answered questions on simple interest. Using a qualitative and interpretative approach, the study highlights how the lack of formal financial guidance—both in schools and within families—contributes to risky behaviors such as inadequate credit card management, impulsive consumption, and insufficient planning. Data from SPC Brasil/CNDL (2016–2025) indicate that 47% of young people do not track their expenses and 69% are unable to handle unexpected financial situations, reflecting the absence of emergency savings. Additional statistics from the National Confederation of Commerce (2023) show that 77.8% of Brazilian families are in debt, while Serasa data (2021–2025) reveal that individuals aged 18 to 25 represent 11.5% to 12.6% of all delinquent consumers, with credit card debt being the most frequent. The results demonstrate that many young adults struggle with essential financial concepts such as interest rates, budgeting, and credit limits, which contributes to higher levels of indebtedness. The study concludes that strengthening financial literacy through consistent educational policies and continuous pedagogical practices is essential for promoting autonomy, responsible decision-making, and long-term financial well-being.

Keywords: Financial education. Youth indebtedness. Financial literacy. Delinquency. Consumption.

1. Introdução

A educação financeira tem ganhado cada vez mais destaque no cenário brasileiro, especialmente diante do aumento do consumo digital, da expansão do crédito e dos elevados índices de endividamento entre jovens de 18 a 25 anos. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC, 2023), 77,8% das famílias brasileiras estavam endividadas, evidenciando o agravamento do problema no país. Em um país onde grande parte da população não recebeu orientação formal sobre finanças, compreender conceitos como orçamento, juros, consumo consciente e planejamento financeiro tornou-se essencial para a construção de autonomia e estabilidade econômica. Conforme a Pesquisa de Letramento Financeiro do Banco Central do Brasil (2023), o conhecimento financeiro médio da população é de apenas 53 pontos, e somente 14,3% dos entrevistados acertaram questões sobre juros simples. Nos últimos anos, essa discussão avançou significativamente, levando o Ministério da Educação (MEC) a incluir a educação financeira como conteúdo obrigatório na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desde 2020, o tema está presente de forma transversal no Ensino Fundamental e Médio, reforçando a importância de desenvolver competências que permitam aos jovens interpretar e tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro. Estudos do SPC Brasil/CNDL (2016–2025) mostram que 47% dos jovens não realizam controle de seus gastos e que 69% não possuem reserva financeira para imprevistos, o que contribui para a dependência do crédito como complemento de renda.

Este trabalho busca analisar a relação entre educação financeira e endividamento entre jovens brasileiros de 18 a 25 anos, com base em dados de pesquisas, relatórios oficiais e estudos acadêmicos. Dados do Serasa (2021–2025) indicam que os jovens representam entre 11,5% e 12,6% dos inadimplentes, sendo que o cartão de crédito concentra entre 27% e 29% das dívidas. A intenção é compreender como a falta de conhecimento financeiro contribui para comportamentos como consumo impulsivo, uso inadequado do crédito e aumento da inadimplência, além de discutir a importância de políticas públicas e iniciativas educacionais capazes de fortalecer o letramento financeiro dessa população. O capítulo também apresenta o plano de desenvolvimento do estudo, que inclui a revisão da literatura, a análise dos níveis de letramento financeiro no Brasil, a avaliação dos impactos da falta de educação financeira, o estudo sobre índices de endividamento juvenil, a discussão de políticas públicas e a apresentação dos resultados e conclusões.

1.1 Justificativa

A escolha do tema relacionado à educação financeira dos jovens se justifica pela sua relevância social, econômica e educacional no Brasil atual. Diversas pesquisas apontam que essa faixa etária está entre as mais vulneráveis ao endividamento, tanto por comportamentos como consumo impulsivo e falta de planejamento quanto por fatores estruturais ligados à instabilidade no mercado de trabalho e ao fácil acesso ao crédito digital. A carência de orientação financeira nas escolas e nos lares contribui para a dificuldade de lidar com situações cotidianas envolvendo crédito, juros, orçamento e decisões de compra.

Dados recentes de instituições como Banco Central, Serasa, CNDL e SPC Brasil mostram que os jovens continuam sendo um dos grupos que mais acumulam dívidas relacionadas ao cartão de crédito, compras parceladas e gastos superiores ao orçamento. Por isso, compreender o impacto da educação financeira na prevenção do endividamento juvenil é fundamental para ampliar o debate sobre políticas públicas eficazes e práticas pedagógicas que promovam autonomia financeira. Essa reflexão também permite entender de que maneira a formação escolar pode influenciar comportamentos econômicos e contribuir para a redução de desigualdades sociais, conforme argumentado por Santos (1999) e outros autores contemporâneos.

Os objetivos específicos consistem em investigar conceitos e definições de educação e letramento financeiro presentes na literatura, avaliar o nível de preparo financeiro dos jovens brasileiros com base em pesquisas nacionais, identificar fatores que contribuem para o endividamento juvenil, analisar as consequências sociais e pessoais da ausência de educação financeira, examinar políticas públicas e iniciativas brasileiras voltadas ao tema e relacionar esses dados aos índices de inadimplência e aos hábitos de consumo dos jovens. Além disso, busca-se destacar a importância de fortalecer programas de educação financeira contínuos nas escolas e instituições, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais conscientes e sustentáveis no uso do dinheiro.

2. Revisão de literatura

2.1 Educação financeira: conceitos e definições

O conceito de educação financeira tem sido amplamente discutido na literatura nacional e internacional. Para Vitt (2004), trata-se de um processo de aprendizado que possibilita aos indivíduos adquirirem conhecimento e confiança para administrar recursos de forma eficaz, garantindo segurança financeira e bem-estar ao longo da vida. Nessa mesma linha, Lusardi e

Mitchell (2014) definem a educação financeira como o conjunto de competências que permite compreender conceitos econômicos básicos, planejar o futuro e evitar situações de endividamento.

De acordo com Atkinson e Messy (2012), em relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira é um instrumento de inclusão e cidadania econômica, pois permite que o indivíduo participe de forma mais ativa nas decisões que envolvem consumo, crédito e poupança. Já Potrich, Vieira e Kirch (2015) destacam que o letramento financeiro está diretamente relacionado ao comportamento de consumo e ao nível de preparo das pessoas para lidar com situações econômicas imprevistas, sendo um fator determinante para a prevenção do endividamento.

A partir dessas abordagens, percebe-se que a educação financeira deve ser compreendida não apenas como uma disciplina técnica, mas como um processo formativo que envolve dimensões cognitivas, comportamentais e sociais. A ampliação do acesso a esse conhecimento é fundamental para que jovens e adultos desenvolvam autonomia na gestão de suas finanças e adotem hábitos de consumo sustentáveis.

2.2 Importância da educação financeira para planejamento entre os jovens

A educação financeira desempenha papel essencial na formação de competências que possibilitam compreender, planejar e gerenciar recursos de maneira consciente. Mais do que apenas transmitir informações sobre o uso do dinheiro, ela busca desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de tomar decisões responsáveis, contribuindo para a autonomia individual e para a construção de uma sociedade financeiramente equilibrada. Nesse sentido, o papel da escola na formação financeira transcende o ensino de conceitos básicos. De acordo com Pessoa, Muniz e Kistemann Jr. (2018), “a educação financeira escolar deve proporcionar um ensino que estimule a criticidade dos estudantes em relação ao mundo financeiro-econômico”, demonstrando que a formação financeira deve estar articulada à reflexão e à compreensão dos impactos das decisões econômicas no cotidiano.

Sob essa mesma perspectiva, Silva (2025) destaca que a educação financeira deve ser entendida como um processo contínuo de aprendizagem que envolve reflexão sobre prioridades, planejamento e consequências das escolhas econômicas, promovendo a gestão responsável dos recursos pessoais desde os primeiros anos da formação escolar. Essa visão reforça a importância de se trabalhar o tema de forma integrada ao desenvolvimento humano e

social, consolidando hábitos e valores que influenciam diretamente o comportamento financeiro ao longo da vida.

O Letramento financeiro torna-se relevante pois vai além do conhecimento básico financeiro, ele traz também a aplicabilidade desse conhecimento para uma tomada de decisão financeira sólida. A definição de letramento dada pela UNESCO, Coutinho e Teixeira (2015, p. 4) assumem como Letramento Financeiro “a capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar e usar novas tecnologias em contextos relativos ao tratamento de problemas que envolvam planejamento e gerenciamento de finanças pessoais”. Essa perspectiva evidencia que o conhecimento financeiro pode promover crescimento e desenvolvimento pessoal, além de contribuir para melhor qualidade de vida, especialmente em um país como o Brasil, que enfrente sérias dificuldades relacionadas a educação financeira da população em geral.

A literatura nacional sobre educação financeira aponta que o letramento ainda é limitado entre os jovens brasileiros. Segundo o Banco Central do Brasil (2022), a maior parte dos indivíduos entre 18 e 25 anos não recebeu qualquer tipo de orientação formal sobre finanças, seja no ambiente escolar ou familiar. Quando há algum contato com o tema, este ocorre de forma pontual, sem relação direta com o cotidiano, o que reduz sua eficácia em promover hábitos de consumo e poupança conscientes.

As pesquisas do SPC Brasil/CNDL (2022) reforçam esse cenário ao mostrar que quase metade dos jovens da chamada Geração Z (47%) não realizam controle efetivo de suas finanças pessoais. Essa ausência de planejamento é um reflexo direto da falta de formação em educação financeira e contribui para o aumento da inadimplência e da dificuldade de lidar com o crédito. Esses dados dialogam com a perspectiva de Silva (2025), segundo a qual a falta de uma formação financeira sólida impede que os indivíduos compreendam de forma crítica os mecanismos de crédito, juros e consumo, tornando-os mais vulneráveis às oscilações econômicas.

De acordo com a Pesquisa de Letramento Financeiro divulgada pelo Banco Central do Brasil (2023), embora o comportamento financeiro dos brasileiros tenha alcançado média de 67,8 pontos, o conhecimento financeiro permanece significativamente inferior, com média de apenas 53 pontos em uma escala de 0 a 100.

Esse dado revela que boa parte da população, inclusive entre jovens de 18 a 25 anos, demonstra atitudes positivas, como pagar as contas em dia, mas não possui domínio sobre conceitos básicos, como cálculo de juros ou planejamento de orçamento. Essa discrepância

entre comportamento e conhecimento financeiro demonstra que o nível de letramento financeiro no Brasil ainda é insuficiente para garantir decisões econômicas seguras. Além disso, Pessoa, Muniz e Kistemann Jr. (2018) observam que a falta de abordagem crítica sobre o consumo e o uso do dinheiro nas práticas escolares impede que os estudantes desenvolvam a chamada “literacia financeira”, ou seja, a capacidade de interpretar contextos socioeconômicos e tomar decisões responsáveis. Para os autores, sem essa formação crítica, o jovem tende a reproduzir padrões de consumo imediatistas impostos pela sociedade, o que amplia sua vulnerabilidade ao endividamento e à exclusão financeira.

Ainda segundo o Banco Central do Brasil (2023), apenas 14,3% dos entrevistados acertaram as questões referentes a juros simples, e menos da metade afirmou realizar algum tipo de planejamento financeiro mensal. Esses resultados indicam uma grave lacuna na formação financeira dos jovens, que conhecem superficialmente a importância de controlar gastos, mas carecem de entendimento sobre o funcionamento do crédito e das taxas de juros, fatores diretamente ligados ao endividamento precoce.

A ausência de uma formação financeira adequada desde os primeiros anos escolares tem se mostrado um dos principais fatores que contribuem para o aumento do endividamento entre os jovens brasileiros. De acordo com Silva (2025, p. 12), muitos alunos, mesmo quando expostos a conteúdos de educação financeira, “demonstraram dificuldades em traduzir esse conhecimento em decisões financeiras conscientes e eficazes em suas vidas pessoais”, o que evidencia a distância entre o aprendizado teórico e a prática cotidiana. Assim, a carência de conteúdos voltados à educação financeira nas escolas impacta diretamente a capacidade dos indivíduos de planejarem seus gastos e compreenderem o funcionamento do crédito e dos juros, resultando em escolhas financeiras pouco conscientes e em uma relação desequilibrada com o consumo. O autor ressalta que a educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo de aprendizado, capaz de desenvolver a autonomia e a responsabilidade econômica do indivíduo. Porém, quando esse processo é negligenciado, muitos jovens chegam à vida adulta sem domínio de conceitos básicos sobre orçamento, poupança e endividamento, tornando-se mais suscetíveis a práticas de consumo excessivo e à inadimplência.

Nesse contexto, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2025) destaca que o baixo nível de letramento financeiro entre os jovens é um dos fatores que mais contribuem para o crescimento da inadimplência nessa faixa etária. A falta de preparo para lidar com instrumentos de crédito, junto à facilidade de acesso a cartões e compras digitais, intensifica o risco de endividamento precoce e do comprometimento da renda mensal.

Corroborando essa perspectiva, o relatório Mapa das Iniciativas de Educação Financeira no Brasil, elaborado pela ANBIMA (2024), demonstra que, embora tenha havido um aumento expressivo no número de projetos e programas de educação financeira no país, a maioria ainda se concentra em ações pontuais e de curto prazo. Segundo o estudo, a ausência de continuidade e de estratégias integradas nas escolas e universidades contribui para a limitação dos resultados, especialmente entre o público jovem, que carece de orientação constante para a construção de hábitos financeiros sustentáveis.

Portanto, a ausência de educação financeira na base escolar e familiar tem impactos que ultrapassam a esfera individual, refletindo-se em problemas sociais e econômicos de maior alcance. A ampliação do acesso a programas de formação financeira, aliados a políticas públicas permanentes, é essencial para reduzir o ciclo de endividamento que atinge grande parte dos jovens brasileiros e compromete seu desenvolvimento econômico e social.

4. Resultados e Discussões

O endividamento das famílias brasileiras apresentou crescimento expressivo entre 2021 e 2025, influenciado pelo contexto econômico pós-pandemia, inflação elevada e expansão do crédito de curto prazo. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), a proporção média de famílias endividadas foi de 70,9% em 2021, o maior nível até então registrado na série histórica (CNC, 2021). Esse percentual continuou crescendo, alcançando 77,8% em 2023 (CNC, 2023), nível que confirma a intensificação do comprometimento da renda das famílias brasileiras com dívidas.

O Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central (2021–2025) evidencia que, embora o crédito tenha se mantido em expansão devido ao contexto da pandemia, houve também um aumento expressivo do endividamento de risco, isto é, quando o comprometimento da renda com dívidas ultrapassa níveis considerados sustentáveis. Entre março de 2021 e março de 2023, o número de tomadores de crédito cresceu de cerca de 85,2 milhões para 106,2 milhões de pessoas, reflexo do acesso facilitado a operações de crédito. No entanto, nesse mesmo período, a quantidade de endividados de risco avançou de 8,4 milhões para 15,1 milhões de indivíduos, crescimento proporcionalmente superior ao da base de tomadores.

Esse movimento evidencia que a ampliação do acesso ao crédito não foi acompanhada por condições de pagamento sustentáveis, o que resultou em maior vulnerabilidade financeira para parte da população. Dessa forma, torna-se fundamental que jovens compreendam os

princípios básicos de gestão financeira, especialmente porque muitos já têm acesso facilitado a empréstimos, limites elevados de crédito e formas de pagamento parcelado.

O desenvolvimento dessas competências pode ajudar a evitar o consumo impulsivo e contribuir para a construção de uma base sólida para um futuro financeiro mais equilibrado e saudável.

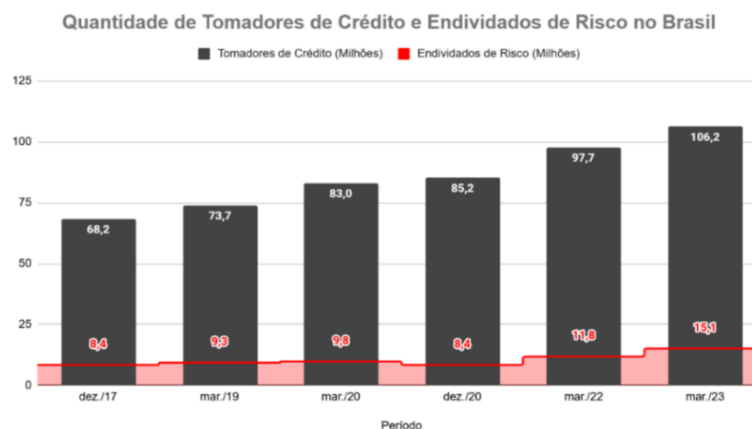


Figura 1 - Evolução do número de tomadores de crédito e de endividados de risco, 2018–2023.

Fonte: Banco Central, 2023.

Esse cenário afeta de maneira diferenciada a faixa etária de 18 a 25 anos, grupo marcado por inserção recente no mercado de trabalho e por maior vulnerabilidade a variações de renda. De acordo com os dados do IBGE (PNAD Contínua, 2021–2024), os jovens dessa faixa etária apresentam rendimentos médios inferiores aos de outras faixas etárias, além de maiores índices de informalidade no emprego. Essa característica de menor renda e maior instabilidade de formalização se conecta diretamente com a dificuldade de manter compromissos financeiros de longo prazo.

O planejamento financeiro pessoal é um dos pilares centrais para a construção de uma vida econômica equilibrada, especialmente entre jovens que estão iniciando sua trajetória de autonomia e independência. No entanto, estudos nacionais apontam que a maior parte desse público ainda apresenta dificuldades significativas para organizar suas finanças, controlar gastos e planejar o próprio orçamento. A falta de planejamento financeiro não está apenas relacionada ao desconhecimento de técnicas de gestão monetária, mas também a comportamentos impulsivos, ausência de disciplina e pouca compreensão sobre as consequências do uso inadequado do crédito.

Tabela 1 - Falta de planejamento financeiro entre jovens no Brasil (2016-2025)

Fonte/Pesquisa	Faixa Etária	% Sem Controle Financeiro	Principais Motivos
SPC Brasil/CNDL	18 a 30 anos	32,20%	Falta de hábito/disciplina (22/1%) e renda fixa (17,4%)
SPC Brasil/CNDL	18 a 24 anos	47,00%	Ausência de controle de gastos e planejamento financeiro
SPC Brasil/CNDL	Geral (com foco 18-25)	37,00%	Não controlam ganhos/gastos; 35% gastam acima do orçamento
CNDL/SPC Brasil	18 a 34 anos	69,00%	Sem capacidade para lidar com imprevistos financeiros

Fonte: SPC Brasil/CNDL (2016,2019,2025); CNDL/SPC Brasil (2025).

Os dados reunidos na Tabela 3 evidenciam um cenário persistente de falta de planejamento financeiro entre os jovens brasileiros, o que contribui diretamente para o aumento dos índices de inadimplência e endividamento precoce. Desde 2016, as pesquisas realizadas pela SPC Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) vêm demonstrando que grande parte da população jovem não adota práticas sistemáticas de controle financeiro.

Em 2016, o levantamento apontava que cerca de 32,2% dos jovens entre 18 e 30 anos não realizavam qualquer tipo de controle das próprias finanças, sendo os principais motivos identificados a falta de hábito e disciplina (22,1%) e a ausência de renda fixa (17,4%). Esses fatores refletem não apenas comportamentos individuais, mas também uma realidade social em que a educação financeira ainda não ocupa um espaço efetivo no processo de formação dos jovens.

Três anos depois, em 2019, a situação mostrou agravamento: 47% dos jovens de 18 a 24 anos declararam não possuir o hábito de registrar ou acompanhar seus gastos mensais, o que reforça o padrão de vulnerabilidade financeira dessa faixa etária. A ausência de práticas básicas de planejamento, como o controle de entradas e saídas ou a definição de metas financeiras, tem implicações diretas no crescimento do consumo impulsivo e no comprometimento precoce do orçamento pessoal.

Em 2025, novos levantamentos da SPC Brasil/CNDL mostraram que 37% dos inadimplentes brasileiros ainda não controlam seus ganhos e gastos, e 35% admitem gastar

acima do orçamento disponível, comportamento frequentemente observado entre os jovens adultos. Além disso, 69% das pessoas entre 18 e 34 anos afirmaram não possuir condições de lidar com imprevistos financeiros, o que indica a ausência de reservas de emergência e a dependência de crédito em situações adversas.

A análise desses dados demonstra que essa falta de planejamento financeiro é um fator estrutural que alimenta o ciclo do endividamento e dificulta a construção de uma relação saudável com o dinheiro.

4.2 Renegociação e políticas de superendividamento

Os dados do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas (Serasa, 2021–2025) e presentes na tabela (Tabela 1) indicam que os jovens entre 18 e 25 anos representam entre 11,5% e 12,6% do total de inadimplentes no país, com dívidas concentradas principalmente em cartão de crédito, crediário e contas básicas. A participação do cartão de crédito nas dívidas manteve-se elevada durante todo o período, variando entre 27% e 29%, o que confirma a dependência desse meio de pagamento e o uso excessivo de crédito rotativo, uma das modalidades mais onerosas.

O relatório ainda mostra que a parcela de jovens que buscaram renegociação de dívidas chegou a 21,24% em 2022, mantendo-se acima de 14% nos anos seguintes. Esse dado revela que, embora haja alto nível de endividamento, também há maior disposição desse grupo em renegociar e buscar alternativas para reorganizar suas finanças.

Tabela 2 - Inadimplência e renegociação de dívidas entre jovens de 18 a 25 anos (2021–2025)

Inadimplência no Brasil				
Ref.	Total Inadimplentes (mi)	Dívida Cartão (%)	Entre 18 e 25 anos (% inadimplentes)	Entre 18 e 25 anos (% inadimplentes que negociaram)
jul/25	78,2	27,30%	11,50%	17,40%
jul/24	72,66	28,44%	11,90%	16,03%
jul/23	71,41	29,54%	12,20%	14,50%
jul/22	67,63	28,57%	12,60%	21,24%
jul/21	62,2	29,00%	12,00%	16,00%

Fonte: Serasa, 2025.

Complementando esses dados, estudos da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON, 2022), com base na Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, apontam que os programas de renegociação coletiva têm alcançado, ainda

que em menor proporção, parcelas mais jovens da população. Esse movimento demonstra que os jovens também vêm sendo afetados por níveis significativos de endividamento, o que reforça a necessidade de políticas preventivas voltadas à educação financeira e ao uso responsável do crédito.

Além disso, levantamentos realizados pelo SPC Brasil/CNDL (2022) revelam que 47% dos jovens da chamada Geração Z não realizam controle efetivo de suas finanças pessoais, o que evidencia uma carência de planejamento e gestão orçamentária nessa faixa etária. Essa falta de organização financeira tende a potencializar o risco de inadimplência, especialmente em um

contexto marcado pela expansão do crédito digital e pela facilidade de acesso a empréstimos e compras por aplicativos.

Com isso, observa-se que o endividamento juvenil no Brasil está diretamente relacionado a alguns fatores principais: a falta de educação financeira estruturada, a vulnerabilidade econômica e o fácil acesso ao crédito digital. Conforme defendem Pessoa, Muniz e Kistemann Jr. (2018), apenas uma formação financeira crítica pode permitir que os jovens compreendam as consequências de suas decisões e desenvolvam hábitos de consumo sustentáveis.

4.3 Políticas públicas de educação financeira no Brasil

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010, representa um marco importante na promoção da literacia financeira no Brasil. O programa tem como objetivo integrar conteúdos de educação financeira ao currículo escolar e fomentar ações coordenadas entre governo, instituições de ensino e organizações da sociedade civil. A proposta busca desenvolver competências relacionadas ao planejamento financeiro, controle de gastos, poupança e uso consciente do crédito.

Segundo Silva (2025), a abordagem pedagógica da ENEF deve estimular a análise crítica das escolhas financeiras, incentivando a tomada de decisões fundamentadas em informações sólidas. Essa integração entre educação e cidadania econômica reforça a importância de formar indivíduos mais conscientes, capazes de compreender o funcionamento do sistema financeiro e de se adaptar às transformações sociais e econômicas.

Entretanto, a implementação da educação financeira nas escolas brasileiras ainda enfrenta desafios quanto à uniformidade e abrangência das ações. Dados da ANBIMA (2024) indicam que 78% das iniciativas de educação financeira são elaboradas por professores e

escolas de forma independente, revelando a falta de diretrizes consolidadas por parte do poder público (CASTRO; CARDOSO; TEIXEIRA; ANDRADE, 2024). Essa ausência de políticas estruturadas e de formação docente específica limita a efetividade das iniciativas e dificulta a disseminação equitativa do conhecimento financeiro.

Portanto, a institucionalização da educação financeira de maneira sistemática e obrigatória no ambiente escolar surge como medida necessária para fortalecer a autonomia econômica da população. Ao proporcionar o desenvolvimento de competências essenciais, como planejamento, controle de gastos e consumo consciente, essa política atua de forma preventiva diante do endividamento e contribui para a consolidação de hábitos financeiros responsáveis desde a juventude.

A análise dos dados apresentados ao longo do trabalho mostra que a falta de educação financeira continua sendo um dos principais fatores que levam jovens de 18 a 25 anos ao endividamento. A literatura já aponta que o letramento financeiro é essencial para que as pessoas consigam planejar seus gastos, entender como o crédito funciona e tomar decisões mais conscientes. Porém, quando comparamos isso com os dados reais, percebemos que esse conhecimento não chega de forma efetiva aos jovens.

As pesquisas do Banco Central e do SPC Brasil deixam claro que boa parte dos jovens não controla seus gastos e não tem o hábito de planejamento. Em 2016, cerca de 32% não registravam suas finanças; em 2019 esse número subiu para 47%; e em 2025 ainda se observa que 37% dos inadimplentes não controlam ganhos e despesas. Além disso, 69% afirmaram não ter condições de lidar com imprevistos. Isso mostra que o problema é constante e não está sendo solucionado ao longo dos anos.

Ao mesmo tempo, os dados do Serasa mostram que o cartão de crédito continua sendo o maior responsável por dívidas entre jovens, representando quase 30% do total de inadimplências. Isso se relaciona diretamente com o comportamento impulsivo típico dessa faixa etária e com a expansão do crédito digital, que facilita compras por aplicativos, limites pré-aprovados e parcelamentos rápidos. A literatura já aponta que, sem conhecimento financeiro, esses recursos acabam sendo usados sem planejamento, o que confirma o cenário observado.

Outro ponto importante é a vulnerabilidade econômica. Segundo o IBGE, os jovens entre 18 e 25 anos ganham menos e têm mais empregos informais, o que gera instabilidade de

renda. Essa falta de segurança financeira faz com que muitos usem crédito como complemento do orçamento, o que aumenta ainda mais o risco de inadimplência caso a renda oscile.

Por fim, quando analisamos as políticas públicas, percebemos que existe uma tentativa de promover educação financeira, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Porém, na prática, grande parte das iniciativas ainda é pontual e depende da própria escola, sem orientação consistente do governo. Isso ajuda a explicar por que os índices de endividamento seguem altos mesmo com programas existentes.

De forma geral, os resultados indicam que o problema do endividamento juvenil no Brasil não está relacionado apenas ao comportamento individual, mas também à falta de formação adequada, à facilidade de acesso ao crédito e à ausência de políticas públicas que realmente alcancem os jovens. A combinação desses fatores cria um ciclo de falta de planejamento, uso inadequado do crédito e dificuldade para manter uma vida financeira equilibrada.

Por fim, quando analisamos as políticas públicas, percebemos que existe uma tentativa de promover educação financeira, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Porém, na prática, grande parte das iniciativas ainda é pontual e depende da própria escola, sem orientação consistente do governo. Isso ajuda a explicar por que os índices de endividamento seguem altos mesmo com programas existentes.

De acordo com o relatório da ANBIMA (2024), cerca de 78% das ações de educação financeira no Brasil são desenvolvidas de forma independente por escolas e professores, o que evidencia a ausência de diretrizes unificadas e acompanhamento contínuo. Essa falta de padronização limita o alcance dos resultados e impede que o tema seja trabalhado de maneira permanente. A própria Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2025) reconhece esses desafios, destacando que ainda há dificuldade de integração e de formação adequada de educadores.

Além disso, conforme observa Silva (2025), a educação financeira precisa ir além da transmissão de informações, estimulando o pensamento crítico e o comportamento consciente em relação ao uso do dinheiro. Quando essa dimensão formativa não é fortalecida, as ações acabam tendo pouco impacto real sobre as atitudes financeiras dos jovens.

Dessa forma, os resultados indicam que o problema do endividamento juvenil no Brasil não está relacionado apenas ao comportamento individual, mas também à falta de formação

adequada, à facilidade de acesso ao crédito e à ausência de políticas públicas que realmente alcancem os jovens.

5. Considerações finais

A análise realizada ao longo deste trabalho mostrou que a educação financeira é um elemento essencial para que os jovens desenvolvam autonomia e tomem decisões mais conscientes sobre o próprio dinheiro. Os dados apresentados evidenciam que muitos ainda têm dificuldades em organizar suas finanças, planejar gastos e compreender o funcionamento do crédito, o que contribui para o aumento do endividamento nessa faixa etária.

Apesar dos avanços recentes, como a inclusão do tema na BNCC, a educação financeira ainda não ocorre de forma contínua e prática nas escolas. Isso faz com que os jovens ingressem na vida adulta com pouco preparo para lidar com situações financeiras reais, especialmente em um contexto marcado pela expansão do crédito digital e pela facilidade de consumo.

Diante desse cenário, reforça-se a importância de políticas públicas mais estruturadas e permanentes, capazes de garantir que a educação financeira seja trabalhada de forma clara e acessível desde cedo. A participação conjunta de escolas, famílias, governo e demais instituições é fundamental para que os jovens desenvolvam hábitos financeiros mais saudáveis e consigam evitar o endividamento precoce.

Em síntese, o estudo destaca que investir na educação financeira é uma estratégia que beneficia não apenas o indivíduo, mas também a sociedade como um todo. Ao oferecer conhecimento e orientação, cria-se a oportunidade para que os jovens enfrentem o futuro com mais responsabilidade, planejamento e segurança.

6. Referências

ANBIMA. Mapa das Iniciativas de Educação Financeira no Brasil: um retrato das iniciativas em 2024. São Paulo: ANBIMA, 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BAA8/relatorio_ANBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Endividamento de risco no Brasil. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_8_endividamento_risco_2ed.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Pesquisa de Letramento Financeiro: microdados Brasil – 2023. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Semana Nacional de Educação Financeira 2025. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/semanaenef/pt-br>. Acesso em: 25 set. 2025.

CASTRO, Adriana Bertoldi Carretto de et al. Mapa das Iniciativas de Educação Financeira no Brasil: um retrato das iniciativas em 2024. In: ANBIMA. Relatório ANBIMA. São Paulo: ANBIMA, 2024. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BAA8/relatorio_ANBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

CNDL; SPC BRASIL. Maioria dos brasileiros vive no limite do orçamento, aponta Indicador de Bem-Estar Financeiro CNDL/SPC Brasil. Brasília: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 2025. Disponível em: <https://cndl.cdls.org.br/maioria-dos-brasileiros-vive-no-limite-do-orcamento-aponta-indicador-de-bem-estar-financeiro-cndlspc-brasil-2/>. Acesso em: 15 set. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2021. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/01/peic-cnc-2021.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; MUNIZ JÚNIOR, Ivail; KISTEMANN JR., Marco Aurélio. Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de matemática. Em Teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/236528>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, Caroline Almeida Ferreira dos. Educação financeira e jovens universitários: um estudo sobre o comportamento de consumo e endividamento. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31676/1/2022_CarolineAlmeidaFerreiraDosSantos_tcc.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

SERASA. Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2025.

SILVA, Jeferson de Farias. A importância da educação financeira no ensino básico: fundamentos e impactos na vida adulta. Revista Foco, v. 18, n. 3, 2025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8074>. Acesso em: 20 out. 2025.

SPC BRASIL; CNDL. 37% dos inadimplentes não fazem controle das contas e dos gastos. Brasília: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 2025. Disponível em:

<https://cndl.cdls.org.br/37-dos-inadimplentes-nao-fazem-controle-das-contas-e-dos-gastos-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 05 out. 2025.

SPC BRASIL; CNDL. 47% dos jovens da geração Z não realizam o controle das finanças. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/47-dos-jovens-da-geracao-z-nao-realizam-o-controle-das-financas-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil-2/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SPC BRASIL; CNDL. Três em cada dez jovens brasileiros não fazem controle financeiro. Brasília: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 2016. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/tres-em-cada-dez-jovens-brasileiros-nao-fazem-controle-financeiro-mostram-spc-brasil-e-cndl/>. Acesso em: 05 nov. 2025.